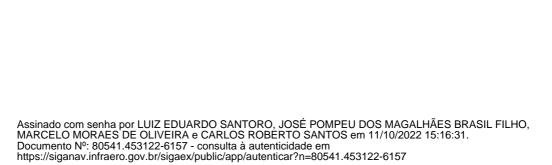


Demonstrações Contábeis Intermediárias

NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A.

Informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2022









Demonstrações contábeis intermediárias 31 de março de 2022

Índice

	Páginas
Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis trimestrais (ITR)	2
Demonstrações contábeis	
Balanço Patrimonial	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
Demonstração do Fluxo de Caixa	
Demonstração do Valor Adicionado	
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	







RELATÓRIO DE REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

Relatório do auditor independente sobre as informações trimestrais - ITR

Aos Diretores e Acionistas da,

NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. ("Companhia") referentes ao trimestre findo em 31 de Março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de Março de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R3) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (Iasb), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de

uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R3) e a IAS 34 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.





Ênfase

Bens da União recebidos em transação não formalizada

Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 3.g e nº 21 às informações contábeis intermediárias, a Companhia mantém registrado em contas de compensação no ativo e no passivo o montante de R\$ 30.950 mil (R\$ 32.038 mil em 2021) relativos à bens de propriedade da União que são mantidos em suas dependências e se relacionam à prestação de serviços de navegação aérea, que foram vertidos à Nav Brasil em detrimento da Lei nº 13.903/2019 que autorizou a criação da Companhia a partir da Cisão da INFRAERO, mas que ainda não foram objeto de termo de concessão entre a União e a Companhia que estabeleça condições relativas à atribuição de valor econômico aos bens e mecanismos de indenização em caso da substituição e/ou retirada desses bens. Dessa forma, em razão da inexistência de atos formais do Comando da Aeronáutica no sentido de efetivar a transferência da propriedade desses bens à Companhia e/ou que estabeleça os tratamentos operacionais e contábeis a serem adotados, a Administração da Companhia optou por manter a política de reconhecimento contábil desses ativos em contas de compensação, assim como já era praticado pela INFRAERO, até que se tenha consubstanciada a transação entre a União e a Nav Brasil. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esses assuntos.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes

O exame do balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação foram conduzidos sob responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria datado de 23 de março de 2022, contendo ressalvas decorrentes do não acompanhamento do inventário físico de estoques, cujo saldo estava apresentado pelo montante de R\$ 7.103 mil, em razão de a sua contratação ter ocorrido após 31 de dezembro de 2021 e em virtude da não disponibilização das análises que suportassem o saldo de R\$ 7.471 mil relativo à rubrica Outras contas a pagar - diversos.







Ademais, em virtude de a Companhia ter sido constituída em 30 de junho de 2021 e, consequentemente, por ser a primeira apresentação das informações contábeis intermediárias, não estão sendo apresentadas de forma comparativa as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao trimestre findo em 31 de março de 2021.

Curitiba - PR, 19 de setembro de 2022.

Bazzaneze Auditores Andependentes S.S.: Bazzaneze Auditores Independentes S/S

CRC-PR Nº 3.942/O-6

CVM N° 5193

CONTADOR CRC-PR 057250/O-9 T-RJ

CNAI Nº 5344

Karini Letícia Bazzaneze

CONTADORA CRC-PR Nº 051096/O-0

CNAI Nº 6254





Rua Desembargador Westphalen, 868 · 10° andar · Curitiba · PR · CEP 80230-100 · Fone 41 3322-9098 · Fax 41 3225-5890 www.bazzaneze auditores.com.br + adm@bazzaneze auditores.com.br



Balanço Patrimonial Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

Balanço Patrimonial - Ativo

	Notas explicativas	31/03/2022	31/12/2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	77.783	21.433
Contas a receber	6	219.611	184.027
Estoques	7	7.103	7.103
Impostos a recuperar	8	26.107	74
Adiantamento para empregados		2.285	71
Despesas antecipadas		958	1.914
Outros ativos		55	7
Total do ativo circulante		333.902	214.629
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais	10	1.589	1.563
Tributos diferidos		33.539	33.539
lmobilizado	9	67.356	68.845
Intangível	9	600	657
Total do ativo não circulante		103.084	104.604
Total do ativo		436.986	319.233







Balanço Patrimonial Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

Balanço Patrimonial - Passivo

	Notas explicativas	31/03/2022	31/12/2021
Passivo			
Circulante			
Fornecedores de bens e serviços	11	41.846	32.509
Cauções de terceiros		40	24
Encargos trabalhistas	12	56.738	52.056
Tributos a recolher	8	12.411	26.764
Recursos de terceiros	13	50	11
Previdência complementar		1.779	1.917
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Pagar	15.c	18.053	17.618
Outras obrigações	14	1.398	1.301
Total do passivo circulante		132.315	132.200
Não circulante			
Benefício pós-emprego	18	80.911	80.911
Provisão para contingências	10	5.962	5.912
Total do passivo não circulante		86.873	86.823
Patrimônio líquido			
Capital social	15	51.714	51.714
Reserva Legal		4.679	4.679
Outras Reservas de Lucros		71.277	71.277
Ajuste de avaliação patrimonial	15.b	(27.460)	(27.460)
Lucros Acumulados		117.588	
Total do patrimônio líquido		217.798	100.210
Total do passivo e patrimônio líquido		436.986	319.233







Demonstração do Resultado Em 31 de março de 2022 e 31 de março 2021 (Em milhares de reais)

Demonstração do Resultado

	Notas explicativas	31/03/2022	31/03/2021
Receita operacional líquida	16	231.548	-
Custos dos serviços prestados	17	(7.992)	-
Lucro operacional bruto		223.556	-
Despesas gerais e administrativas	17	(105.835)	-
Outras despesas		(4)	-
Outras receitas		292	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		118.009	-
Despesas financeiras		(436)	-
Receitas financeiras		15	-
Resultado financeiro líquido		(421)	-
Resultado líquido do período		117.588	







Demonstração do Resultado Abrangente Em 31 de março de 2022 e 31 de março 2021 (Em milhares de reais)

Demonstração do Resultado Abrangente

	31/03/2022	31/03/2021
Prejuízo / lucro acumulado	117.588	-
Total de resultados abrangentes do período	117.588	
Total de resultados abrangentes atribuível aos: Acionistas	117.588	







Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Em 31 de março de 2022 e 31 de março 2021 (Em milhares de reais)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de março de 2022

	Notas explicativas	Capital social	Reserva Legal	Outras Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Em 31 de dezembro de 2021		51.714	4.679	71.277		(27.460)	100.210
Lucros Acumulados		-	-	-	117.588	-	117.588
Em 31 de março de 2022	15	51.714	4.679	71.277	117.588	(27.460)	217.798

	Notas explicativas	Capital social	Reserva Legal	Outras Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Em 31 de dezembro de 2020							
Lucros Acumulados		-	-	-	-	-	-
Em 31 de março de 2021	15						









Demonstração do Fluxo de Caixa Em 31 de março de 2022 e 31 de março 2021 (Em milhares de reais)

Demonstração do Fluxo de Caixa

	31/03/2022	31/03/2021
Lucro (prejuízo) líquido do período	117.588	-
Itens que não afetam o caixa operacional		
Provisões para processos tributários, cíveis e trabalhistas	50	-
Depreciação e amortização	1.795	-
Valor residual dos bens baixados	62	-
Correção monetária dos Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Pagar	435	-
	119.930	-
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(35.584)	-
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	(26.033)	-
Adiantamento para empregados	(2.214)	-
Despesas antecipadas	956	-
Outros ativos	(48)	_
Depósitos judiciais	(26)	_
Fornecedores de bens e serviços	9.337	_
Cauções de terceiros	16	_
Encargos trabalhistas	4.682	_
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(14.353)	_
Previdência complementar	(138)	-
Outras obrigações	97	-
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	56.622	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de imobilizado / intangível	(311)	_
Repasse de aluguéis	39	_
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(272)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		_
	·	
Aumento/(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	56.350	-
Caixa do início do período	21.433	_
·	77.783	-
Caixa do final do período	11.100	

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.





Em 31 de março de 2022 e 31 de março 2021 (Em milhares de reais)

Demonstração do Valor Adicionado

	Notas explicativas	31/03/2022	31/03/2021
(=) Receitas			
Receita operacional		254.741	-
Outras receitas		292	-
		255.033	-
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais e serviços de terceiros		(8.958)	-
Outras despesas		(4)	-
		(8.962)	-
(=) Valor adicionado bruto		246.071	-
(-) Retenções			
Provisões, reversões e perdas		(2.550)	-
Depreciação / amortização		(1.795)	-
(=) Valor adicionado líquido		241.726	-
(+/-) Valor adicionado recebido em transferênci	ia		
Receitas financeiras		15	-
(=) Valor adicionado total a distribuir		241.741	-
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal: salários e encargos		89.819	-
Governo: tributos		33.898	-
Terceiros: despesas financeiras		436	-
Acionistas: lucro retidos		117.588	-
Valor adicionado total distribuído		241.741	-







Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro 2021 (Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A NAV Brasil Serviços e Navegação Aérea S.A. (NAV Brasil, ou Empresa), CNPJ 42.736.102/0001-10, é uma empresa pública constituída sob a forma de sociedade por ações, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio e vinculada ao Ministério da Defesa, por meio do Comando da Aeronáutica, cuja criação foi autorizada ao Poder Executivo pela Lei nº 13.903, de 19 de novembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 20 de novembro de 2019.

Nesse sentido, conforme disposto no Decreto nº 10.589, de 24 de dezembro de 2020, foi criada a Empresa em 30 de junho de 2021, pela versão do patrimônio cindido da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária — Infraero relativo à atividade de navegação aérea e pelo aporte de recursos realizado pela União.

A NAV Brasil tem por objeto implementar, administrar, operar e explorar industrial e comercialmente a infraestrutura aeronáutica destinada à prestação de serviços de navegação aérea que lhe for atribuída pelo Comandante da Aeronáutica.

No desempenho de suas atribuições, tendo em vista a estrutura integrada do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, a NAV Brasil atuará de forma complementar à manutenção da soberania sobre o espaço aéreo brasileiro, de responsabilidade do Comando da Aeronáutica, do Ministério da Defesa, e, por conseguinte, de interesse estratégico para a segurança nacional.

A NAV Brasil deverá assegurar a compatibilidade e a interoperabilidade de equipamentos, materiais e sistemas por ela utilizados na prestação dos serviços de navegação aérea com aqueles empregados pelo Comando da Aeronáutica no Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.







Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro 2021 (Em milhares de reais)

b) Moeda funcional

O Real é a moeda do ambiente econômico principal no qual a Empresa opera, conforme CPC 02 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis. Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c) Uso de estimativas e julgamentos:

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente.

d) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, se o contrário estiver disposto em nota explicativa.

A Empresa foi constituída em 30 de junho de 2021, por essa razão não contém saldo referente à 31 de março de 2021 nas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e de valor adicionado apresentadas de forma comparativa.

3. Principais políticas contábeis

A empresa aplicou as políticas contábeis de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, descritas a seguir:

a) Caixa e equivalentes de caixa

A NAV Brasil classifica os recursos financeiros de caixa e bancos, de acordo com o CPC 03 (R2) – Demonstrações do Fluxo de Caixa, cuja finalidade é atender aos compromissos de caixa de curto prazo, tendo as suas conversibilidades imediatas em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

b) Ativos financeiros não derivativos

- i. A NAV Brasil classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias:
 - Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
 - · Mensurados ao custo amortizado.
- ii. A NAV Brasil classifica os seguintes ativos financeiros ao custo amortizado:
 - · Caixa e bancos;
 - · Contas a receber; e
 - · Depósitos judiciais.



SIGA





Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro 2021 (Em milhares de reais)

iii. Contas a receber:

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Empresa. Com objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais, essas contas são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a perda estimada para crédito de liquidação duvidosa (Impairment).

E aplicada a abordagem simplificada, conforme permitido pelo CPC 48 – Instrumentos Financeiros, e, por isso, reconhecem-se as perdas esperadas ao longo da vida útil, a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

iv. Mensuração:

No reconhecimento inicial, a NAV Brasil mensura um ativo financeiro ao valor justo, acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação incrementais diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

v. Impairment:

A NAV Brasil avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida mensurados ao custo amortizado. A metodologia de Impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

c) Passivos financeiros não derivativos

Em relação aos passivos financeiros a NAV Brasil detém em suas operações: dívidas com fornecedores, garantias caucionárias para assegurar o cumprimento dos contratos (manutenção, limpeza, vigilância, dentre outros), a serem devolvidas à medida que os contratos se encerram, dívidas referentes à previdência privada complementar e outras contas a pagar. Esses passivos financeiros são mensurados a custo amortizado.

d) Estoques

Os materiais em almoxarifado estão registrados ao custo médio de aquisição ajustados à eventuais perdas, quando aplicável.

e) Impostos, taxas e contribuições

i. Impostos a recuperar

O saldo de impostos a recuperar é o crédito que constitui moeda de pagamento de tributos da mesma espécie ou não, e estão sendo tecnicamente movimentados de acordo com a legislação vigente aplicada à matéria, sendo que há perspectivas reais de realização.





Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro 2021 (Em milhares de reais)

ii. Impostos a recolher - Imposto de renda e contribuição social

A empresa é contribuinte do imposto de renda e a contribuição social com base no Lucro Real, portanto, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos, que reflita as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Imposto diferido (ativo e passivo) são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, de acordo com o estabelecido no CPC 32 — Tributos sobre o Lucro. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Empresa.

A NAV Brasil, de acordo com o CPC 32 – Tributos sobre o Lucro e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido e as projeções são revisados anualmente, ou na existência de fatos relevantes que modifiquem as premissas adotadas.

f) Partes relacionadas

As operações entre quaisquer das partes relacionadas da NAV Brasil, sejam elas administradores, acionistas ou coligadas, são aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações financeiras.







Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro 2021 (Em milhares de reais)

g) Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado considerando-se o seu valor bruto de aquisição somado a todos os gastos diretamente atribuíveis e apresentado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da respectiva depreciação acumulada calculada pelo método linear de cotas constantes a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens e a perda por redução ao valor recuperável (Impairment), quando aplicável.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos anualmente, sendo que os eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativa contábil, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo através de alienação (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

Todo o grupo de ativo imobilizado, exceto o imobilizado em andamento, passou pelo teste de "recuperabilidade" (*Impairment*).

h) Intangível

O ativo intangível é registrado considerando-se o seu valor bruto de aquisição somado a todos os gastos diretamente atribuíveis e apresentado ao custo de aquisição, deduzido da respectiva amortização acumulada e a perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável (*Impairment*).

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente, para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

i) Provisões e Passivos

Provisões para riscos contingenciais

As provisões são reconhecidas quando é provável que benefícios econômicos futuros sejam desembolsados para liquidação/desembolso de uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, cujo valor pode ser estimado com confiabilidade.



SIGA





Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro 2021 (Em milhares de reais)

As provisões constituídas são provenientes de processos judiciais e administrativos de natureza cível, fiscal e trabalhista e outros. As premissas utilizadas para determinar os valores das obrigações e o grau de risco dos processos são estimadas pela Administração em conjunto com a área jurídica, a partir das evidências disponíveis e da análise na hierarquia das leis e jurisprudências disponíveis, nas decisões mais recentes dos tribunais e no andamento dos processos. No entanto, mudanças nas tendências de decisões proferidas ou nas jurisprudências de tribunais poderão alterar as estimativas ligadas às provisões para contingências.

Os valores das provisões são atualizados, mensalmente, pelos índices do Poder Judiciário, conforme a natureza do processo.

Os reflexos do reconhecimento das provisões para contingências são demonstrados na nota 10.

Passivos Contingentes

Os processos judiciais e administrativos classificados com grau de risco possível ou remoto, por serem caracterizados como passivo contingente, não são reconhecidos, contudo, aqueles com grau de risco possível são evidenciados em nota explicativa indicando a quantidade de processos existentes e o valor total envolvido por natureza, conforme nota 10.

j) Benefícios a empregados

A Empresa concede benefícios a empregados, incluindo previdência privada, assistência médica (Programa Auxílio Saúde – PAS), assistência odontológica, seguro de vida, participação nos resultados, entre outros. O benefício odontológico é oferecido por meio de empresas de prestação de serviços odontológicos, para atendimento a seus empregados, filhos, enteados, menor sob tutela e seu cônjuge ou companheiro(a). O PAS é um auxílio de assistência à saúde de caráter indenizatório, realizado mediante ressarcimento, ofertado a empregados, seus dependentes legais, aposentados, pensionistas, membros da diretoria e contratado(a) para exercício exclusivo de cargo em comissão.

A NAV Brasil é patrocinadora do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV do Instituto Infraero de Seguridade Social – INFRAPREV. Os compromissos atuariais decorrentes das operações da Sociedade de Previdência Complementar são reconhecidos pelo regime de competência e com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente contratado pela patrocinadora. A avaliação atuarial é realizada, de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC n.º 33 — Benefícios a Empregados.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial, com relação aos planos de pensão de benefício definido, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, reduzido do valor justo dos ativos do plano, com os ajustes dos custos de serviços passados não reconhecidos.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado.



SIGA





Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro 2021 (Em milhares de reais)

Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio, até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se os direitos aos benefícios já tiverem sido adquiridos, os custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução ou mudanças de um plano de aposentadoria.

O ativo ou passivo de planos de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos por uma Entidade Fechada de Previdência Complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Empresa e não podem ser pagos diretamente a Empresa. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras do plano.

Ganhos e perdas atuariais são resultantes de diferenças entre as premissas atuariais anteriores e o que efetivamente se realizou, e incluem os efeitos de mudanças nas premissas atuariais. São reconhecidos na demonstração do resultado abrangente.

k) Reconhecimento de Receita

As receitas são apuradas de acordo com o regime de competência. Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a empresa e quando a mesma puder ser mensurada confiavelmente:

i. Receita da prestação de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no preço da transação, isto é, o valor que a entidade espera ter direito em contrapartida da obrigação de performance, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento (ou à medida que) a Empresa satisfaz a obrigação de performance, conforme CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

ii. Receita financeira

A receita de juros é reconhecida pelo método linear, com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Na demonstração do fluxo de caixa, o fluxo de caixa da atividade operacional foi preparado pelo método indireto e está sendo apresentado de acordo com o pronunciamento CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.







Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro 2021 (Em milhares de reais)

m)Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Empresa.

n) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras da Empresa, é necessário utilizar julgamentos para contabilização de certos ativos, passivos e outras transações. Os itens onde a prática de julgamento pode ser considerada mais relevante referem-se à determinação das vidas úteis do ativo imobilizado e provisões para passivos trabalhistas e tributários. A aplicação de julgamentos resulta em valores estimados na contabilização das provisões necessárias para realização dos ativos, passivos contingentes, determinações de provisão para o imposto de renda e outros similares. Assim, os resultados reais podem apresentar variações em relação a essas estimativas. Ambos, são constantemente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Estimativas e premissas contábeis significativas

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment)

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Empresa ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

o) Apuração do Resultado

O resultado do exercício é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorreram, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou do pagamento.



SIGA





Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro 2021 (Em milhares de reais)

p) Ativo e Passivo Circulante e Não Circulante

Os direitos e as obrigações são demonstrados pelos valores calculáveis e de realização, incluindo os rendimentos, os encargos e as variações monetárias incorridas até a data do balanço, quando aplicáveis. A classificação do curto e longo prazo obedece aos artigos 179 e 180 da Leis n.º 6.404/76, alterados pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

q) Recursos da União recebidos em transação não formalizada

Os elementos ativos e passivos relacionados à prestação de serviços de navegação aérea foram vertidos para a NAV Brasil, consoante demarcação legal (art.3º da Lei nº 13.903/2019), densificada no Protocolo de Cisão. Nesse ponto só foram contabilizados os recursos aplicados na Empresa por meio da integralização de seu capital social.

Ocorre que a Infraero fazia uso de bens da União relacionados à atividade de navegação aérea, sem que a NAV Brasil tenha ciência do exato alcance da documentação que formaliza e especifica os direitos e obrigações entre aquelas partes. Por conseguinte, a Infraero não reconhecia esses recursos em seu patrimônio, mas os monitorava em contas de compensação.

Quando da cisão parcial da Infraero e constituição da NAV Brasil, por se tratarem de recursos relacionados à atividade de navegação aérea, eles foram transferidos pela Infraero à NAV Brasil.

Entretanto, é competência exclusiva do Comando da Aeronáutica (COMAER) especificar as regras, direitos e obrigações e demais condições da transação, não dispondo a NAV Brasil de ingerência sobre elas. Nesse sentido, recorremos ao teor da lei de criação da Companhia, Lei nº 13.903/2019, art. 5° e 7°, respectivamente nos seus parágrafos §1.

Fato é que ainda não foi consubstanciado o ajuste (art. 7º, §1º, da Lei 13.903/2019), entre a NAV Brasil e a União, em relação aos bens em voga, carecendo de elementos mínimos para seu reconhecimento e mensuração contábil, como a essência da classificação das transferências dos bens.

Apesar de sua atuação limitada no tocante à solução, a NAV Brasil tem atuado intensamente com o COMAER (dada a competência estipulada em norma), com vistas a se especificar os direitos e obrigações das partes no que tange aos recursos em questão, e eliminar as dúvidas porventura existentes.

Uma vez as partes tenham especificado tais direitos e obrigações, configurando um novo fato, a administração da NAV Brasil avaliará se tais recursos atendem à definição de ativo e demais requisitos para seu reconhecimento e, a depender de sua classificação, definirá a política contábil adequada à mensuração, apresentação e divulgação, bem como, avaliará se algum passivo deverá ser reconhecido. Enquanto isso, a Empresa os monitora em contas de compensação, conforme divulgado na Nota 21.

4. Novas normas, alterações e interpretações contábeis

Não identificamos normas IFRS (Internacional Financial Reporting Standards) ou interpretações IFRIC (International Financial Reporting Interpretations Committee) que

20





SIGA



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro 2021 (Em milhares de reais)

ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Empresa.

5. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são compostos como segue:

	31/03/2022	31/12/2021
Caixa	67	7
Bancos	53.701	21.426
Aplicação financeira	24.015	
Total	77.783	21.433

Uma das prioridades da gestão financeira da NAV Brasil foi o controle eficiente do fluxo de caixa, tendo em vista a necessidade de adequação à Sistemática de Remuneração dos Serviços de Navegação Aérea Prestados pela NAV Brasil, estabelecidas na ICA 12-35/2021, do Comando da Aeronáutica, que estabelece um lapso de tempo considerável entre o faturamento e o efetivo repasse dos recursos.

Desse modo, o maior destaque relacionado aos recebimentos deveu-se aos repasses realizados pelo Comando da Aeronáutica, viabilizados pelo DECEA.

A variação ocorrida em Caixa, foi devida às concessões de 45 Fundos Fixos de Caixa.

A variação em Aplicação financeira, foram em virtude dos montantes aplicados em fundos de renda fixa extramercado compostos por títulos públicos que fazem parte da carteira teórica de índice IFRM-1 (LTN e NTN-F), cuja aplicação da NAV Brasil no 1º trimestre do ano de 2022 foi de R\$ 24.015.

Por ser Empresa Pública, a Empresa realiza as aplicações por intermédio do Banco do Brasil S/A e Caixa Econômica Federal S/A conforme estabelece a Resolução nº 4.986 de 17/02/2022, do Banco Central do Brasil, nos Fundos de Investimentos a Curto Prazo Extramercado, salientando que o investimento foi realizado no Banco do Brasil em virtude da Caixa Econômica não manifestar interesse para abertura de conta junto a NAV Brasil.

O Fundo de aplicação do extramercado destina-se a receber aplicações das disponibilidades resultantes de receitas próprias das autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, integrantes da Administração Federal Indireta, bem como das fundações supervisionadas pela União.

6. Contas a receber

O saldo de contas a receber está apresentado pelo valor original com a seguinte composição.

a) Composição do Contas a Receber:







Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro 2021 (Em milhares de reais)

	31/03/2022	31/12/2021
Comunicação Aux. Nav. Aérea e Comerciais	219.611	184.027
Total	219.611	184.027
Circulante	219.611	184.027
Total	219.611	184.027

O Contas a Receber é composto pela arrecadação das Receitas das Tarifas de Uso das Comunicações e dos Auxílios de Navegação Aérea em Rota – TAN, Receitas das Tarifas de Uso das Comunicações e dos Auxílios de Navegação Aérea de Controle de Aeródromo – TAT ADR, Receitas das Tarifas de Uso das Comunicações e dos Auxílios de Navegação Aérea de Controle de Aproximação – TAT APP e Receitas Comerciais (Atendimento Extraordinário à Aeronaves, Telecomunicações Aeronáuticas, Receitas Bancárias entre outras).

A principal arrecadação referente a receita da NAV Brasil é a de Auxílios de Navegação Aérea (TAN e TAT) a qual é de competência do DECEA, o gerenciamento, a coordenação e controle do processo de coleta e armazenamento de dados dos movimentos de aeronaves no espaço aéreo brasileiro, bem como de faturamento e cobrança dos preços devidos pela utilização dos serviços, instalações, auxílios e facilidades, conforme previsto na PORTARIA DECEA Nº 328/ATAN3, DE 12 DE JULHO DE 2022, capítulo V, art. 50.

Em função do lapso de tempo considerável entre o faturamento e o efetivo repasse dos recursos, para que a NAV Brasil honrasse com os seus compromissos no início da sua criação, o DECEA antecipou recursos além dos efetivos arrecadados, conforme previsto no item 7, da ICA 12-35/2021. Por este motivo a variação constante no 1º trimestre de 2022.

7. Estoques

	31/03/2022	31/12/2021
Materiais auxiliares e de manutenção	13.079	13.079
Perda estimada	(5.976)	(5.976)
Total	7.103	7.103

Os estoques são apresentados deduzidos de perdas para ajuste ao seu valor realizável líquido. Para estimativa do valor registrado na perda foi considerado a obsolescência dos estoques, ou seja, a não utilização dos materiais em intervalos de tempos diferenciados conforme o tipo de estoque avaliado.





SIGA



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro 2021 (Em milhares de reais)

8. Impostos, taxas e contribuições

a) Tributos a recuperar

O saldo de Impostos a Recuperar no montante de R\$ 26.107, compreende créditos tributários de curto prazo recuperáveis, provenientes de créditos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL.

	31/03/2022	31/12/2021	
PIS e COFINS	77	74	
IRRF e IRPJ/CSLL	26.030		
Total	26.107	74	

b) Tributos a recolher

	31/03/2022	31/12/2021
PIS e COFINS	7.534	8.019
INSS s/terceiros	60	40
Impostos a recolher (retenção) - Lei 9.430/96	136	99
ISS a recolher	130	76
IRRF	-	6
IRPJ	3.346	13.616
CSLL	1.205	4.908
Total	12.411	26.764

9. Imobilizado e intangível

a) Composição imobilizado

	31/03/2022	31/12/2021
Custo histórico	126.737	126.678
Depreciação	(59.381)	(57.833)
Total	67.356	68.845









Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro 2021 (Em milhares de reais)

b) Movimentação imobilizado

	Taxa de Depreciação	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixa	Transf	Saldo em 31/03/2022
Custo					_	
Edificações e Benfeitorias		69	-	-	-	69
Instalações, Maquinas e Equips		116.132	103	(238)	142	116.139
Móveis e Utensílios		6.400	206	(2)	-	6.604
Veículos		3.931	1	(12)	-	3.920
Outros		146	1	-	(142)	5
Total		126.678	311	(252)	-	126.737
Depreciação acumulada						
Edificações e Benfeitorias	4% e 10% a.a.	(66)	-	-	-	(66)
Instalações, Maquinas e Equips	10% e 5% a.a.	(49.244)	(1.655)	188	(125)	(50.836)
Móveis e Utensílios	10% a.a.	(4.773)	(79)	2	-	(4.850)
Veículos	25% a.a.	(3.625)	(4)	-	-	(3.629)
Outros		(125)		<u> </u>	125	
Total		(57.833)	(1.738)	190	-	(59.381)
Imobilizado líquido		68.845	(1.427)	(62)	<u>-</u>	67.356

c) Composição intangível

	31/03/2022	31/12/2021
Custo histórico	5.974	5.974
Amortizações	(5.374)	(5.317)
Total	600	657

d) Movimentação intangível

	Taxa de Depreciação	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixa	Transf	Saldo em 31/03/2022
Custo						
Licença de uso de software		5.974	-	-	-	5.974
Total		5.974		<u> </u>		5.974
Amortização acumulada				<u> </u>		
Licença de uso de software	20% a.a.	(5.317)	(57)			(5.374)
Total		(5.317)	(57)	<u> </u>	-	(5.374)
Intangível líquido		657	(57)	<u> </u>		600



SIGA





Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro 2021 (Em milhares de reais)

10. Provisão para demandas judiciais

A NAV Brasil é parte em processos judiciais de natureza cível e trabalhista em decorrência da cisão parcial da Infraero operada exclusivamente quanto à prestação de serviços de navegação aérea, nos termos previstos na Lei nº 13.903, de 19 de novembro de 2019 e no Protocolo e Justificação de Cisão Parcial, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Infraero, registrada na JUCIS-DF sob o nº 1707574, em 09/07/2021, bem como em novas demandas propostas após a constituição da NAV Brasil, aprovada na Assembleia Geral de Constituição da NAV Brasil, registrada na JUCERJA sob o nº 3330033925-6 em 15/07/2021.

Dentre os processos judiciais (cíveis e trabalhistas) relacionados no Anexo V do Protocolo de Cisão Parcial, ressalva-se que (i) ainda não houve a efetiva inclusão da NAV Brasil no polo passivo de todas as demandas, seja em sucessão ou em conjunto com a Infraero, bem como (ii) diversos processos já foram encerrados e/ou arquivados.

Além dos processos relacionados no referido Anexo V do Protocolo de Cisão Parcial, a NAV Brasil foi citada e incluída no polo passivo ou como terceira interessada em processos judiciais trabalhistas por se tratar de demandas de empregados transferidos para a Estatal, por sucessão trabalhista.

Diante das considerações acima, a NAV Brasil é parte ou virá a ser incluída no polo passivo de ações judiciais (cíveis e trabalhistas). O monitoramento dos processos em que a NAV Brasil já é parte é conduzido pela Assessoria Jurídica interna da Empresa.

A Empresa avalia suas contingências tendo por base a expectativa de perda, segundo o grau de risco de cada ação judicial. A classificação de risco e indicação de valores estimados para fins de provisionamento ou apontamento contábil são elaboradas com base em análise da Assessoria Jurídica e melhor julgamento da Administração, no Ato Normativo nº SEDE-ANO-2020/00011, de 03/06/2020, da Infraero, aplicável à NAV Brasil por sucessão do acervo técnico, bibliográfico, documental nos termos do art. 3º da Lei nº 13.903/2019. Consideram-se, portanto, os seguintes níveis de risco:

Provável – Quando há risco alto de perda processual, ou seja, a chance de ocorrência da perda é superior à chance de não ocorrência, cuja probabilidade de perda (taxa de risco) esteja classificada de acordo com o manual de classificação e avaliação de risco de ações judiciais da NAV Brasil, como risco alto ou praticamente certo.

Possível – Quando há risco intermediário de perda processual, ou seja, a chance de ocorrência da perda é menor que no nível provável e maior que no nível remoto; a qual a administração classifica como risco médio.

Remoto – Quando há risco baixo de perda processual, ou seja, a chance de ocorrência da perda é pequena. Em conformidade ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as contingências classificadas como remotas, não são provisionadas e nem divulgadas em nota explicativa.



SIGA





Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro 2021 (Em milhares de reais)

Com base em informações do jurídico e critérios acima, a Administração efetuou a análise dos processos pendentes e, com base nas experiências anteriores e no acervo transferido da Infraero na forma da referida lei referentes às quantias reivindicadas, sugeriu o provisionamento das demandas avaliadas como de provável risco de perda e a indicação de valores para demandas avaliadas como de possível risco de perda em montante julgado suficiente para cobrir as perdas prováveis com as ações em curso, quando já possível a indicação do valor efetivamente perseguido pela parte ou, quando o valor econômico não puder ser aferido ou possuir grande complexidade de apuração, foi indicado como valor para fins de provisionamento o valor da causa.

Assim, tem-se que a NAV Brasil é ou será parte passiva em processos das seguintes naturezas:

- Ações Trabalhistas: existem pedidos diversificados formulados por empregados transferidos à NAV Brasil, pleiteando: incorporação de gratificação pelo exercício de função de confiança por mais de 10 anos ou incorporação de gratificação por progressão especial, enquadramento como radiotelefonista e pagamento de horas extras e adicional noturno, briefing operacional, adicional de periculosidade, suspensão do contrato de trabalho, nulidade de sindicância, indenização por danos morais. Sobre os temas acima, é relevante observar que as decisões têm sido diversificadas nas Varas do Trabalho e nos Tribunais Regionais do Trabalho, não tendo sido a matéria pacificada no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho.
- Ações Cíveis: existem pedidos diversificados formulados, envolvendo concurso público, transferência funcional e tarifas de navegação aérea.

a) Processos judiciais provisionados

Considerando a relação total de processos judiciais (trabalhistas e cíveis) transferidos para a NAV Brasil na cisão parcial da Infraero, conforme relação indicada no Anexo V do Protocolo de Cisão Parcial, aí incluídas as demandas cuja Empresa já é parte (processos novos e processos originalmente propostos em face da Infraero), assim como as que, dispostos no citado anexo do Protocolo, a NAV Brasil não foi incluída no polo passivo, os valores das ações classificadas com risco de perda provável foram provisionados nos termos anteriormente indicados e estão demonstrados no quadro a seguir:

	Processos prováveis		
	31/03/2022	31/12/2021	
Processos trabalhistas	5.960	5.910	
Processos cíveis	2	2	
Total	5.962	5.912	

A seguir, demonstramos a movimentação das contingências prováveis ocorridas durante o período:







Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro 2021 (Em milhares de reais)

Movimentação das ações prováveis	31/12/2021	Adições	Reversão	31/03/2022
Processos trabalhistas	5.910	50	-	5.960
Processos cíveis	2	-	-	2
Total	5.912	50		5.962

b) Processos judiciais não provisionados

Em 31 de março de 2022, a Entidade possuía ações envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, para as quais não foi constituída provisão, totalizando R\$ 7.726, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Processos possíveis		
	31/03/2022	31/12/2021	
Processos trabalhistas	2.245	2.245	
Processos cíveis	5.481	5.481	
Total	7.726	7.726	

c) Depósitos recursais e judiciais

Correlacionados às contingências, existem depósitos judiciais. Em 31/03/2022, os depósitos judiciais mantidos pela Empresa representam R\$ 1.589, conforme apresentados a seguir:

	31/03/2022	31/12/2021
Depósitos judiciais trabalhistas	1.589	1.563
Total	1.589	1.563

11. Fornecedores e outras obrigações

O saldo de R\$ 41.846, em 31/03/2022, representa as obrigações referentes às aquisições de materiais e serviços e outras obrigações com vencimento, geralmente, no mês seguinte.



SIGA





Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro 2021 (Em milhares de reais)

12. Encargos trabalhistas

_	31/03/2022	31/12/2021
Encargos s/13º salário	1.346	-
13º Salário a pagar	3.742	-
Encargos sobre férias	9.404	9.804
Ordenados, salários e férias a pagar	31.679	28.712
FGTS a Recolher	1.381	2.068
INSS a Recolher	5.926	6.202
IRRF s/ folha de pagamento	3.260	5.270
Total	56.738	52.056

Os valores registrados no grupo de contas de encargos trabalhistas referem-se a saldos devidos por ordenados e salários, férias e encargos incidentes sobre a folha de pagamento de pessoal. Tais valores são provisionados conforme a competência dos fatos ocorridos e baixados posteriormente, sendo liquidados. A variação positiva no trimestre decorre do 13º salário e dos seus respectivos encargos.

13. Recursos de terceiros

Os Recursos de Terceiros estão constituídos pelos seguintes valores

	31/03/2022	31/12/2021
Comando da aeronáutica	50	11
Total	50	11

Comando da Aeronáutica – recursos relativos, principalmente, à arrecadação de taxas de ocupação cobradas de empregados da NAV Brasil sobre imóveis de propriedade da União, sob a responsabilidade e guarda da NAV Brasil.

14. Outras obrigações

Obrigações - Circulante	31/03/2022	31/12/2021
Consignações a recolher	1.185	1.114
Pensões judiciais a pagar	213	187
Total Circulante	1.398	1.301







Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro 2021 (Em milhares de reais)

15. Patrimônio líquido

	31/03/2022	31/12/2021
Capital social	51.714	51.714
Reserva Legal	4.679	4.679
Outras Reservas de Lucros	71.277	71.277
Ajuste de avaliação patrimonial	(27.460)	(27.460)
Lucros Acumulados	117.588	-
Total	217.798	100.210

a) Composição Acionária do Capital Social:

Na Assembleia Geral de Constituição, de 30/06/2021, foi autorizada a capitalização dos recursos recebidos da União, nos termos do Decreto n.º 10.589/2020, no valor de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) e pela versão do patrimônio cindido da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária — Infraero relativo à atividade de navegação aérea, no valor de R\$ 26.713.780,59 (vinte e seis milhões, setecentos e treze mil, setecentos e oitenta reais e cinquenta e nove centavos). Constituindo o Capital Social de R\$ 51.713.780,59 (cinquenta e um milhões, setecentos e treze mil, setecentos e oitenta reais e cinquenta e nove centavos), subscrito e integralizado, representado por 195.106 (cento e noventa e cinco mil e cento e seis) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, todas de propriedade da União.

b) Ajuste de avaliação patrimonial:

O ajuste de avaliação patrimonial registra as contrapartidas de transações que afetarão valores de ativos e passivos em relação ao valor justo. Na Companhia, os valores registrados nessa rubrica, representam os ganhos e perdas atuariais (registrados em Outros Resultados Abrangentes — ORA) com o plano de assistência à saúde e de previdência privada dos empregados e aposentados, sobre o qual foram calculados tributos diferidos IRPJ e CSLL, respectivamente com alíquotas de 25% e 9%, conforme detalhado no quadro a seguir:

	31/03/2022	31/12/2021
Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV	27.786	27.786
Programa Auxílio Saúde – PAS	13.820	13.820
Tributos Diferidos	(14.146)	(14.146)
Total Ajuste de avaliação patrimonial	27.460	27.460







Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro 2021 (Em milhares de reais)

c) Destinação do Resultado:

Conforme Art.193 da Lei nº 6.404/1976, a Reserva Legal é de 5% sobre o Lucro Líquido do Exercício. O ajuste de IRPJ e CSLL diferidos, calculados sobre diferenças temporárias, não são considerados na base de cálculo da Reserva Legal.

De acordo com o Estatuto Social, os acionistas terão direito a receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício e, segundo o Art. 199 da Lei nº 1.598/1977, a base de cálculo dos dividendos é o Lucro Líquido Ajustado de R\$ 69.501 mil, referente ao exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2021, considerando o abatimento de IR/CSLL diferidos. Dessa forma, a proposta de R\$ 17.618 mil de dividendos, referente ao exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2021, está em conformidade com o Art. 140, inciso III do Estatuto Social pois representa mais de 25% do Lucro Líquido Ajustado.

Conforme a ata número 1 da Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2022, no seu item II, definiu o adiamento da deliberação sobre a destinação do resultado do exercício de 2021, de acordo com Parecer da STN – Secretária do Tesouro Nacional.

	31/12/2021
Lucro Líquido do Exercício	93.574
IRPJ/CSLL Diferidos	19.394
Reserva Legal	4.679
Lucro Líquido Ajustado	69.501
Dividendos e JCP	17.618
JCP	1.325
Dividendos	16.293
Reserva de Retenção de Lucros 1	50.744
Aumento de Capital Social ¹	20.533
Saldo de Lucros Acumulados	

⁽¹⁾ Valores a serem deliberados na Assembleia.

16. Receita operacional líquida

As receitas, com exceção dos ganhos de capital e de algumas receitas financeiras, estão sujeitas à incidência do Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, pelo regime de competência. Esses tributos são apresentados como deduções da receita bruta. Os débitos decorrentes das outras receitas operacionais e créditos decorrentes das outras despesas operacionais estão apresentados na demonstração do resultado.



SIGA





SIGA



NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro 2021 (Em milhares de reais)

	31/03/2022	31/03/2021
Receita Bruta	254.741 324	-
Comerciais Comunicação e Auxílio à Navegação Aérea	254.417	<u>-</u>
Deduções	(23.193)	-
PIS	(4.137)	-
COFINS	(19.056)	
Receita Líquida	231.548	

17. Despesas por natureza

Os custos dos serviços prestados, despesas gerais e administrativas são compostos pelos seguintes grupos:

	31/03/2022	31/03/2021
Custo dos serviços prestados		
Encargos indiretos com pessoal	156	-
Serviços contratados e locações	3.662	-
Utilidades - serviços públicos	1.270	-
Depreciação e amortização	1.522	-
Outros custos	1.382	
Total	7.992	-
Despesas gerais e administrativas		
Pessoal	47.650	-
Encargos diretos com pessoal	34.254	-
Encargos indiretos com pessoal	18.414	-
Serviços Contratados e Locações	1.426	-
Utilidades - Serviços Públicos	270	-
Outras Despesas	998	-
Provisão para contingências	50	-
Outras provisões	2.500	-
Depreciações e Amortizações	273	-
Total	105.835	

O resultado reflete as principais rubricas de custos e despesas, ressaltando a rubrica de pessoal que teve reflexo nos salários em janeiro de 2022, devido ao aumento de 4,5%







Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro 2021 (Em milhares de reais)

em função do acordo coletivo; a rubrica de encargos diretos com maiores realizações em férias, INSS, FGTS, 13º salário e encargos sobre 13º salário e na rubrica de encargos indiretos com maiores realizações em PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, PAS – Programa de Auxílio Saúde e Infraprev.

18. Benefícios a empregados

a) Plano de Previdência Complementar

Em julho de 2021, a NAV Brasil tornou-se patrocinadora aderente do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV do Instituto Infraero de Seguridade Social INFRAPREV, uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade suplementar aos participantes da instituição e seus beneficiários os benefícios a eles assegurados pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, bem como promover seu bem-estar social. A Empresa reconhece o valor presente das contribuições normais futuras, calculado pelo método de crédito unitário projetado, relacionado aos Planos de Benefício Definido e Contribuição Variável. Os valores de pagamentos das contribuições futuras que beneficiarão a Empresa (valor contabilizado na rubrica Benefício Pós-Emprego) representam o valor estimado das reduções. Este valor depende de uma série de variáveis e premissas relativas à taxa de desconto e condições atuais de mercado. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão os correspondentes valores contábeis.

Os recursos que o Instituto dispõe para seu funcionamento são representados por contribuições de sua patrocinadora, participantes, assistidos e autofinanciados e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos.

O INFRAPREV possui três planos de previdência: dois de Benefício Definido e um de Contribuição Variável (Plano CV), o qual detém o maior número de participantes. A NAV Brasil participa apenas no Plano de Contribuição Variável que está aberto à entrada de novos participantes.

b) Programa Auxílio Saúde - PAS

A NAV Brasil oferece o Programa de Auxílio Saúde (PAS) de caráter indenizatório, conforme estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2021/2023, e, como tal, limita o valor da obrigação da patrocinadora aos valores mensais, por faixa etária.

c) Benefícios pós-emprego

Em 2021, a NAV Brasil contratou empresa especializada para prestação de serviços técnicos de Avaliação Atuarial dos benefícios pós-emprego oferecidos aos seus empregados de acordo com as regras estabelecidas pelo pronunciamento técnico CPC n.º 33 (R1) – Benefícios a Empregados. A contratada realizou avaliação atuarial para a contabilização em balanço dos benefícios pós-emprego oferecidos em 2020, bem como os valores de receitas e despesas esperadas para o período subsequente.



SIGA





Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro 2021 (Em milhares de reais)

O saldo das obrigações atuariais, no 1º trimestre de 2022, é R\$ 80.911.

19. Partes relacionadas

Patrocinado

O Instituto Infraero de Seguridade Social INFRAPREV é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade suplementar aos participantes da instituição e seus beneficiários os benefícios a eles assegurados pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, bem como promover seu bem-estar social.

Remuneração da administração

As remunerações dos membros do conselho de administração e da diretoria executiva da NAV Brasil estão em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, do Ministério da Economia. A remuneração dos membros da diretoria executiva foram as seguintes, em R\$:

Diretoria	2022	2021
Maior Remuneração:	28.371	28.371
Remuneração Média:	26.250	26.250
Menor Remuneração:	25.190	25.190

A remuneração mensal dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal para os mesmos períodos foi fixada em R\$ 2.843,73.

Em 30/06/2021, a Assembleia Geral de Constituição aprovou no Estatuto Social da NAV Brasil a criação do Comitê de Auditoria Estatutário – COAUD, em atendimento a Lei n.º 13.303/16, sendo um órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento permanente ao Conselho de Administração. A remuneração mensal dos membros do COAUD foi fixada em R\$ 5.687,47.

20. Informações por segmentos operacionais

A Administração baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras são regularmente revistas pela administração para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance. Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento "navegação aérea" e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.

21. Recursos da União recebidos em transação não formalizada

A Empresa monitora os bens da União, recebidos em transação não formalizada, que são mantidos nas suas dependências em contas de compensação, as quais não têm contrapartida nas demonstrações financeiras.



SIGA





Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro 2021 (Em milhares de reais)

Por se tratarem de recursos relacionados à atividade de navegação aérea, esses bens foram fisicamente transferidos à Empresa quando de sua constituição e cisão parcial da Infraero.

Por inexistir termo de transação entre a União e a Empresa, que estabeleça a extensão dos direitos e obrigações das partes e, assim, permitir identificar todos os fatos, circunstâncias e demais condições relativas à substância econômica da transação, inclusive a atribuição de valor econômico aos bens e mecanismos de indenização em caso da substituição/retirada desses bens, a NAV Brasil não registra tais bens em seu patrimônio.

O quadro a seguir demonstra a movimentação dos bens móveis e imóveis da União, utilizando as premissas anteriormente adotadas pela Infraero:

			31/03/2022			31/12/2021
	Taxa de Depreciação	Adições/ Exclusões	Baixas	Transferências	Valor Líquido	Valor Líquido
Bens Móveis da União Imóveis e Benfeitorias da União	10% a 20% a.a. 4% a.a.	-	(333)	(13.227) 13.227	18.611 59.648	31.838 46.754
Custo		-	(333)	-	78.259	78.592
Depreciações/Amort. Acumuladas		(1.027)	272	-	(47.309)	(46.554)
Total		(1.027)	(61)		30.950	32.038

22. Remuneração aos empregados

As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções de confiança, relativas ao primeiro trimestre de 2022 e dezembro de 2021 foram as seguintes, em R\$:

Empregados	2022	2021
Maior Remuneração:	37.546	35.929
Remuneração Média:	9.030	8.786
Menor Remuneração:	2.504	2.374

Rio de Janeiro (RJ), 06 de setembro de 2022

DIRETORIA EXECUTIV	/Λ

JOSÉ POMPEU DOS MAGALHÃES BRASIL FILHO Presidente







NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro 2021 (Em milhares de reais)

MARCELO MORAES DE OLIVEIRA Diretor de Operações

CARLOS ROBERTO SANTOS Diretor de Administração

LUIZ EDUARDO SANTORO Contador CRC - RJ-088614/O-6



